

EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR

CNPJ nº 21.835.111/0001-98

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.535	735
Subvenções econômicas para custeio a receber	5	807	2.178
Duplicatas a receber		10	10
Estoques	6	22	16
Impostos a recuperar	7	252	268
Despesas antecipadas		62	51
Valores a receber	8	657	942
		<u>6.345</u>	<u>4.200</u>
NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	9	336	221
Investimentos		5	10
Imobilizado	10	59	36
Intangível		29	-
		<u>429</u>	<u>267</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>6.774</u>	<u>4.467</u>

PASSIVO

	Nota	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores		532	1.113
Obrigações trabalhistas		25	401
Obrigações sociais e tributárias	11	798	394
Provisões de férias e encargos		710	678
Adiantamentos de terceiros	12	2.874	276
Outras contas a pagar		121	28
		<u>5.060</u>	<u>2.890</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para contingências	13	931	853
Cauções contratuais		124	116
Obrigações previdenciárias	14	666	608
		<u>1.721</u>	<u>1.577</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	15	828	828
Reserva de reavaliação		1	1
Prejuízos acumulados		(836)	(829)
		<u>(7)</u>	<u>-</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>6.774</u>	<u>4.467</u>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receita de serviços	-	175
Subvenções econômicas pra custeio	22.741	20.111
Receita de patrocínios	3.699	1.501
RECEITA BRUTA	26.440	21.787
Deduções da receita bruta de serviços	(349)	(155)
RECEITA LÍQUIDA	26.091	21.632
Custo dos serviços prestados	(17.472)	(16.178)
RESULTADO BRUTO	8.619	5.454
DESPESAS / RECEITAS OPERACIONAIS		
Despesas com pessoal	(6.194)	(3.931)
Despesas com serviços de terceiros	(1.538)	(1.948)
Outras despesas administrativas	(13)	(31)
Despesas tributárias	(132)	(79)
Despesas financeiras	-	(3)
Receitas financeiras	137	87
Outras despesas operacionais	(886)	(509)
Outras receitas operacionais	6	960
	(8.620)	(5.454)
RESULTADO OPERACIONAL	(1)	-
Provisão para Imposto de Renda	(11)	(11)
DÉFICIT DO EXERCÍCIO	(12)	(11)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Reavaliação	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	828	1	(825)	4
Ajuste de exercício anterior			7	7
Déficit do exercício			(11)	(11)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	828	1	(829)	-
Ajuste de exercício anterior			5	5
Déficit do exercício			(12)	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	828	1	(836)	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(12)	(11)
Ajustes:		
Depreciações e amortizações	17	16
Outros ajustes	5	7
	10	12
(Acréscimo) decréscimo de ativos		
Subvenções econômicas para custeio	1.371	960
Estoques	(6)	34
Impostos a recuperar	16	54
Despesas antecipadas	(11)	28
Adiantamentos	-	1
Outras contas a receber	285	216
Depósitos judiciais	(115)	19
	1.540	1.312
Acréscimo (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	(581)	(1.126)
Obrigações trabalhistas	(376)	336
Obrigações sociais e tributárias	462	102
Provisões de férias e encargos	32	109
Adiantamentos de terceiros	2.598	157
Provisão para contingências	78	(819)
Outras contas a pagar	93	8
Cauções contratuais	8	(1)
	2.314	(1.234)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.864	90
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(36)	-
Aquisição de intangível	(33)	-
Redução de investimentos	5	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(64)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.800	90
Disponibilidades no início do exercício	735	645
Disponibilidades no fim do exercício	4.535	735
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	3.800	90

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **BELOTUR** é uma entidade da administração indireta municipal, tendo personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e autonomia administrativa, técnica e financeira.

Sua finalidade é a execução do Plano Municipal de Turismo, exercendo a supervisão, coordenação e direção de todas as atividades inerentes ao desenvolvimento do turismo, do lazer e serviços afins, tendo os recursos para seus custeios repassados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e estão apresentadas em milhares de Reais.

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram autorizadas para emissão de acordo com aprovação da administração da entidade em 25 de Abril de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração destas demonstrações foram as seguintes:

a. Apuração do Resultado

O resultado, apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Representado por depósitos bancários e aplicações em Certificados de Depósitos Bancários de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

As depreciações sobre o imobilizado são calculadas pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida útil e econômica dos bens, conforme descrito na Nota 10.

d. Outros ativos circulantes

São apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

e. Passivos circulante e não circulante

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

Quando aplicável, os passivos circulante e não circulante são registrados a valor presente, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e risco de cada transação.

f. Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são anualmente revistos para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quanto houver perda estimada, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g. Subvenções governamentais

São reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço, quando a entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão para férias é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e inclui os correspondentes encargos sociais.

i. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor.

j. Estimativas contábeis

Na aplicação das políticas contábeis da entidade, a administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas são reconhecidos no período em que são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

k. Provisão para contingências

As provisões para contingências são constituídas com base na expectativa da administração de perda provável, apoiada na opinião dos assessores jurídicos da entidade.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Bancos conta movimento	9	1
Aplicações financeiras	4.526	734
	<u>4.535</u>	<u>735</u>

5. SUBVENÇÕES ECONÔMICAS PARA CUSTEIO A RECEBER

A entidade mantém registrado nesta conta os valores a serem ressarcidos pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, proveniente de gastos com os convênios firmados para a execução do Plano Municipal de Turismo, exercendo a supervisão, coordenação e direção de todas as atividades inerentes ao desenvolvimento do turismo, do lazer e serviços.

6. ESTOQUES

A entidade apresenta um estoque composto por aquisições ao longo do exercício de materiais para escritório, limpeza e outros.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Saldo composto por diversos créditos a recuperar originários de exercícios anteriores, exceto INSS. Não foram efetuadas movimentações, excetuando-se a apropriação de atualizações monetárias para PIS/COFINS sobre Faturamento, IRPJ - estimativa a recuperar – 2013 e IRRF sobre Aplicações Financeiras.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Processo judicial	138	138
IRRF – Aplicações financeiras	68	59
PIS / COFINS - Faturamento	1	26
Saldo negativo DIPJ 2011 / 2012 / 2013	20	20
INSS	23	23
Outros	2	2
	<u>252</u>	<u>268</u>

Os impostos a recuperar, exceto àqueles correspondentes às aplicações financeiras, referem-se a saldos pendentes de compensação, em processo de análise pelos órgãos competentes.

8. VALORES A RECEBER

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
União Junina Mineira	(a) 440	440
Apoio Cultural – Outros	156	-
Ass. Cultural Amigos Museu de Arte da Pampulha	-	400
Macav Promoções Ltda.	-	32
Espetim Bar e Restaurante Ltda.	-	20
Assoc. Moradores Natal Solidário B. das Indústrias	-	16
Diversos	61	34
	<u>657</u>	<u>942</u>

- (a) Convênio para conjugação de esforços para a realização do Arraial de Belô 2016 – Grupo Especial e de Acesso.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A conta registra depósitos judiciais decorrentes de processos trabalhistas, cíveis e de natureza tributária.

10. IMOBILIZADO

	2018		2017		Taxas anuais de Depreciação
	Valor Corrigido	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido	
Máquinas e equipamentos	110	(69)	41	13	10%
Máqs. e equps. de computação	512	(511)	1	-	20%
Móveis e utensílios	204	(190)	14	22	10%
Veículos	105	(105)	-	-	20%
Aparelhagem telefônica	18	(15)	3	-	20%
Galpão – Parque Mangabeiras	35	(35)	-	-	4%
Benfeitorias	257	(257)	-	1	20%
	1.241	(1.182)	59	36	

A Entidade entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2018	2017
INSS	206	181
FGTS	71	65
IRRF	194	131
COFINS	260	-
PIS	56	-
Outras obrigações	11	17
	798	394

12. ADIANTAMENTOS DE TERCEIROS

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Patrocínio carnaval	2.700	-
Outros valores	<u>174</u>	<u>276</u>
	<u>2.874</u>	<u>276</u>

O saldo esta representado substancialmente pelo adiantamento referente ao processo de captação de recursos financeiros, por meio de pessoa física ou jurídica, para concessão de patrocínio ao Carnaval de Rua de Belo Horizonte nos anos de 2019 e 2020, com a viabilização de infraestrutura, de pessoal especializado, fornecimento de apoio logístico e ações promocionais dos eventos relacionados ao Carnaval. O procedimento de captação foi realizado via licitação, sendo divulgado pela Comissão Permanente de Licitação o resultado do julgamento do processo de seleção.

13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Entidade é parte em ações trabalhistas, cíveis e fiscais perante tribunais e órgãos governamentais, oriundo do curso normal de suas operações. A administração acompanha o desenvolvimento desses processos, e com base na opinião de seus consultores jurídicos constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

O saldo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 está assim apresentado:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalhistas	391	313
Cíveis	514	514
Fiscais	<u>26</u>	<u>26</u>
	<u>931</u>	<u>853</u>

14. OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Os valores correspondentes às Obrigações Previdenciárias serão compensados com quantias recolhidas indevidamente, tendo em vista o que restou deliberado pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do recurso especial n.º 1.230.957/RS.

15. CAPITAL SOCIAL

O capital social, totalmente integralizado, é representado por 213.592 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 3,88 cada, totalizando o montante de R\$ 828 mil.

16. COBERTURA DE SEGUROS

A política da Entidade é de manter cobertura de seguros para os bens do imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, levando-se em consideração a natureza de suas atividades operacionais e orientação de seus consultores de seguros.

Gilberto Cesar Carvalho de Castro
Diretor Presidente

Alexis Oliveira Jacinto
Diretor de Administração e Finanças

Marcus Vinicius Boffa
Diretor de Políticas de Turismo e
Inovação e Diretor Interino de
Marketing e Promoção Turística

Maria Cláudia Leonardo Costa
Diretora de Eventos

Isabel Alves da Silva
Téc. Contab. CRCMG 42.653/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Srs.

Acionistas e Diretores da

**EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A -
BELOTUR**

Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **EMPRESA MUNICIPAL DE TURISMO DE BELO HORIZONTE S/A - BELOTUR** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

A Entidade não possui controle adequado do seu ativo imobilizado e o controle existente não é efetivo, e tampouco foi possível, por critérios alternativos de auditoria, validar de forma conclusiva a sua existência e possíveis ajustes que pudessem ocorrer nas demonstrações contábeis. Conseqüentemente, não estamos emitindo opinião sobre os valores de depreciações registrados no exercício.

A Entidade não procedeu com o teste de redução ao valor recuperável (*impairment*) para assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor não excedente à sua recuperabilidade. Os controles apresentados pela Entidade não permitem avaliar, de forma conclusiva, sobre os valores atualizados, e tampouco foi possível validar, por procedimentos alternativos de auditoria, a necessidade de processar ajustes relativos à redução do valor recuperável.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das

demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 8, o saldo de “Valores a Receber - Convênios” refere-se, basicamente, a verbas de Convênios dos Eventos “Arraial de Belô - 2016”, pendentes de prestação de contas. A definição de tais valores serem considerados ativo circulante ou custo de eventos está condicionada ao encerramento dos processos de prestação de contas das entidades envolvidas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2019

SOLTZ, MATTOSO & MENDES
Auditores Independentes
CRCMG N° 002.684/O

José Roberto de Almeida Mendes
Contador CRCMG 19.932/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL – EXERCÍCIO DE 2018

Parecer do Conselho Fiscal conforme Reunião realizada em 13 de junho de 2019
- DELIBERAÇÃO: Os membros do Conselho após avaliarem, discutirem e deliberarem sobre os assuntos em pauta, emitiram o seguinte parecer: “O Conselho Fiscal, ouvidos os esclarecimentos e com base no Parecer dos Auditores Independentes, aprovou por unanimidade o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Contas e demais Demonstrações Orçamentárias e Financeiras relativas ao Exercício findo em 31/12/2018, recomendando solução às ressalvas no corrente exercício.

Jean Mattos Duarte – Conselheiro Titular
Patrícia de Castro Pretti – Conselheira Titular
Silvio Higino de Rezende – Conselheiro Titular
Amaro da Silva Júnior – Conselheiro Suplente
Felipe Santos Ferreira – Conselheiro Suplente